



SEXTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO CELEBRADO ENTRE
A CÂMARA DOS DEPUTADOS E
CAPITAL EMPRESA DE SERVIÇOS
GERAIS LTDA. OBJETIVANDO
FORNECIMENTO DE MÃO-DE-
OBRA PARA EXECUÇÃO DE
SERVIÇOS DE RECEPÇÃO.

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e sete, a CÂMARA DOS DEPUTADOS, situada na Praça dos Três Poderes, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 00.530.352/0001-59, daqui por diante denominada CONTRATANTE, e neste ato representada por seu Diretor-Geral, o Senhor SÉRGIO SAMPAIO CONTREIRAS DE ALMEIDA, brasileiro, casado, residente e domiciliado em Brasília-DF, e a CAPITAL EMPRESA DE SERVIÇOS GERAIS LTDA., situada no SAAN – Qd. 03, nº 60, Brasília – DF, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.358.432/0001-79, daqui por diante denominada CONTRATADA e neste ato representada por seu Diretor, o Senhor WILSON LEMOS DE SOUSA, residente e domiciliado em Brasília – DF, perante as testemunhas que este subscrevem, acordam em celebrar o presente aditivo ao Contrato nº 2004/205.0, em conformidade com o processo em referência, com as disposições contidas na Lei n.º 8.666, de 21/06/93, e alterações posteriores, doravante denominada simplesmente LEI, no Regulamento dos Procedimentos Licitatórios da Câmara dos Deputados, aprovado pelo Ato da Mesa n.º 80, de 07/06/01, publicado no D.O.U. de 05/07/01, doravante denominado simplesmente REGULAMENTO, e com o Edital do Pregão n.º 55/04 e seus Anexos, observadas as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

O presente Aditivo decorre do seguinte:

- a) Atualização do valor dos salários, decorrente do reajuste salarial de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), conforme previsto em Convenção Coletiva celebrada pelos sindicatos representativos das categorias, com efeito financeiro a partir de 01/01/07;
- b) atualização do Adicional de Insalubridade, tendo em vista o aumento do salário mínimo, cujo valor passou para R\$380,00 (trezentos e oitenta reais) a partir de 01/04/07;
- c) reajuste do auxílio odontológico de acordo com a Convenção Coletiva referida na alínea “a” acima, que elevou o valor do item de R\$0,50 (cinquenta centavos) para R\$0,60 (sessenta centavos);
- d) reajuste do auxílio-alimentação, passando seu valor unitário para



R\$15,00 (quinze reais), com efeito financeiro a partir de 01/07/07, conforme decisão favorável da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados;

- e) adequação do valor do auxílio-transporte à atual realidade de fornecimento, implicando uma redução do respectivo valor, com efeito financeiro a partir de 01/01/07.

O contrato ora aditado, com sua numeração alterada para 2004/205.6, passa a vigorar com a redação modificada nas seguintes cláusulas:

“

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ESPECIFICAÇÃO E DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços objeto do presente contrato deverão ser executados com rigorosa observância ao disposto no Anexo nº 02 ao Edital do Pregão n.º 55/04.

Parágrafo primeiro – A CONTRATADA deverá manter à disposição da CONTRATANTE quadro de pessoal que atenda às exigências editalícias, com as seguintes quantidades e salários por categoria:

PESSOAL PERMANENTE	QUANTIDADE	SALÁRIO
Recepcionista	26	R\$1.918,83
Recepcionista para o Departamento Médico	06	R\$1.918,83
Recepcionista bilíngüe	05	R\$2.384,00

Parágrafo segundo – Os salários fixados correspondem ao mês de janeiro/07, devendo possíveis reajustes obedecer à política salarial vigente da categoria, sendo que a entidade de classe considerada pela Câmara dos Deputados como legítima representante da categoria profissional é o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação de Brasília – SINDILIMPEZA.

.....

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da CONTRATADA, além de outras que vierem a ser estabelecidas em caráter complementar, desde que se façam necessárias para a boa execução dos serviços, aquelas enunciadas no Edital do Pregão n.º 55/04 e em seus Anexos.

Parágrafo primeiro – Todas as obrigações trabalhistas, inclusive aquelas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à Previdência Social, são de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA,



como única empregadora da mão-de-obra utilizada para os fins estabelecidos no presente Contrato.

Parágrafo segundo – A CONTRATADA responderá integral e exclusivamente por eventuais reclamações trabalhistas de seu pessoal, mesmo na hipótese de ser a UNIÃO (Câmara dos Deputados) acionada diretamente como co-Reclamada.

Parágrafo terceiro – A CONTRATADA fica obrigada a apresentar à CONTRATANTE sempre que expire o prazo de validade, a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, a Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF).

Parágrafo quarto – A não-apresentação das certidões e do certificado, na forma mencionada no parágrafo anterior, implicará a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

Parágrafo quinto – A CONTRATADA está obrigada a pagar os salários dos empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês posterior ao da prestação dos serviços, em horário bancário.

Parágrafo sexto – Além dos salários fixados, a CONTRATADA ficará obrigada a fornecer até o 5º (quinto) dia útil do mês em referência:

- a) auxílio-alimentação para os dias trabalhados no mês, cujo valor está fixado em R\$15,00 (quinze reais) por dia;
- b) transporte (de sua propriedade ou locado) ou vale-transporte correspondente aos dias trabalhados no mês, de sorte a assegurar o deslocamento diário do empregado no percurso residência/local de trabalho/residência.

Parágrafo sétimo – É vedada, à CONTRATANTE, a subcontratação de empresa para o fornecimento da mão-de-obra objeto deste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O preço total do presente Contrato é de **R\$1.794.913,50** (um milhão, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e treze reais e cinquenta centavos), a ser pago em parcelas, com as seguintes composições mensais:

- **de 24/05/07 a 30/06/07:**

Montante "A"

1 – Salários	R\$ 73.322,56
2 – Adicionais previstos em Lei	R\$ 420,00
3 – Encargos Sociais (51,44%).....	R\$ 37.933,17
4 – Subtotal Montante "A" (1+2+3).....	R\$111.675,73



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Montante "B"

5 – Grupo 1 do Montante “B”	R\$ 8.075,28
- Auxílio-Alimentação.....	R\$7.326,00
- Auxílio-Transporte.....	R\$ 101,22
- Uniformes.....	R\$ 625,86
- Auxílio Odontológico	R\$ 22,20
6 – Subtotal do Mont. “A” + Grupo 1 do Mont. “B”..	R\$119.751,01
7 – Grupo 2 – Taxa de Administração (12,88%)	R\$ 15.423,93

Preço Total Mensal (6+7)..... R\$135.174,94

- de 01/07/07 a 23/05/08:

Montante "A"

1 – Salários	R\$ 73.322,56
2 – Adicionais previstos em Lei	R\$ 420,00
3 – Encargos Sociais (51,44%).....	R\$ 37.933,17
4 – Subtotal Montante “A” (1+2+3).....	R\$111.675,73

Montante "B"

5 – Grupo 1 do Montante “B”	R\$ 12.959,28
- Auxílio-Alimentação.....	R\$12.210,00
- Auxílio-Transporte.....	R\$ 101,22
- Uniformes.....	R\$ 625,86
- Auxílio Odontológico	R\$ 22,20
6 – Subtotal do Mont. “A” + Grupo 1 Mont. “B”	R\$124.635,01
7 – Grupo 2 – Taxa de Administração (12,88%)	R\$ 16.052,99

- Preço Total Mensal (6+7) R\$140.688,00

– Despesas com 13º salário (a+b+c).....	R\$113.456,94
a – 13º salário	R\$ 73.742,56
b – Encargos Sociais incidentes(36,3%)	R\$ 26.768,55
c – Taxa de Administração (12,88%).....	R\$ 12.945,83

Parágrafo primeiro – Em relação às despesas com 13º salário, previstas nesta Cláusula, deverão ser observadas as condições previstas no subitem 3.1.3 do Anexo n.º 01 ao Edital do Pregão n.º 55/04.

Parágrafo segundo – Se vier a ocorrer a prorrogação contratual prevista na Cláusula Nona deste instrumento, a CONTRATADA obriga-se a antecipar o pagamento do 13º salário dos seus empregados, referente ao período anterior à prorrogação, no respectivo exercício.

Parágrafo terceiro – No caso de prorrogação contratual, as despesas referentes à antecipação do 13º salário serão pagas à CONTRATADA



CÂMARA DOS DEPUTADOS

mediante a apresentação, até o dia dez do mês subsequente ao da prorrogação contratual, de nota fiscal/fatura em separado, observadas as regras gerais de pagamento previstas nesta cláusula.

Parágrafo quarto – Havendo obrigatoriedade de antecipação do pagamento do 13º salário decorrente de acordo ou convenção coletiva, o procedimento para o pagamento dar-se-á nos termos do parágrafo anterior.

Parágrafo quinto – Os valores referentes ao Adicional de Insalubridade fixados na planilha de formação de preço do Edital decorrem da adoção de premissas estimativas com finalidade orçamentária. O ressarcimento à CONTRATADA será processado com base nos parâmetros aplicáveis segundo a legislação em vigor.

Parágrafo sexto – O ressarcimento referente ao auxílio-alimentação dar-se-á em função dos dias efetivamente trabalhados, ao custo estabelecido no Edital do Pregão nº 55/04.

Parágrafo sétimo – Para quaisquer outros adicionais cujo pagamento se faça necessário por imposição legal, aplicar-se-á o previsto no item 10.16.1 do Edital do Pregão nº 55/04.

Parágrafo oitavo – O pagamento dos serviços executados pela CONTRATADA e aceitos definitivamente pela Câmara dos Deputados será efetuado em parcelas mensais, não se admitindo o pagamento antecipado sob qualquer pretexto.

Parágrafo nono – As faltas ao serviço do pessoal que executará os serviços à Câmara dos Deputados, a serem apontadas pelo órgão fiscalizador, desde que a CONTRATADA não tenha promovido as devidas substituições, serão descontadas das parcelas mensais, sem prejuízo da aplicação de penalidades, nos termos definidos no Anexo n.º 04 ao Edital do Pregão n.º 55/04.

Parágrafo décimo – O pagamento de cada parcela será feito por meio de depósito em conta corrente da CONTRATADA em agência bancária indicada, mediante a apresentação em duas vias de nota fiscal/fatura discriminada, emitida no mês subsequente ao da prestação dos serviços, para ateste pelo órgão fiscalizador. A instituição bancária, a agência e a conta corrente deverão estar indicados na nota fiscal/fatura.

Parágrafo décimo primeiro – A primeira nota fiscal/fatura a ser apresentada terá como período de referência o dia de início da prestação dos serviços e o último dia desse mês. As notas fiscais/faturas subsequentes terão como referência o período compreendido entre o dia primeiro e o dia trinta de cada mês.

Parágrafo décimo segundo - O pagamento será feito com prazo não superior a 30 (trinta) dias, contado do ateste do órgão fiscalizador e estará condicionado à apresentação dos seguintes documentos:

- a) prova da quitação da folha de pagamento específica do contrato, a ser emitida pela instituição bancária que efetuar o crédito em conta corrente dos empregados dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo o nome do



- funcionário e o valor do crédito promovido;
- b) comprovação emitida pelo órgão gestor do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço do recolhimento individualizado específico do contrato, por empregado, do mês anterior ao da prestação dos serviços;
 - c) cópia autenticada da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, específica do contrato, acompanhada da relação dos trabalhadores constantes do arquivo SEFIP, referente ao mês anterior ao da emissão da nota fiscal/fatura;
 - d) espelho da folha de pagamento específica do contrato, a ser elaborada em conformidade com o modelo apresentado no Anexo n.º 06 ao Edital do Pregão n.º 55/04, com o emprego do software MS-Excel v. 97, e fornecido em meio magnético;
 - e) comprovantes específicos do contrato de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação;
 - f) Certidão Negativa de Débito (CND) e Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), que deverão ter sempre os respectivos prazos de validade atualizados.

Parágrafo décimo terceiro – A não-observância dos prazos legais para pagamento mensal dos salários e do 13º salário do pessoal que executará os serviços à Câmara dos Deputados sujeitará a CONTRATADA às penalidades previstas no Anexo n.º 04 ao Edital do Pregão n.º 55/04.

Parágrafo décimo quarto – Para liberação das faturas, a CONTRATANTE levará em consideração o cumprimento de todas as cláusulas contratuais.

Parágrafo décimo quinto – Os pagamentos efetuados pela CONTRATANTE estão sujeitos às retenções de que tratam o art. 31 da Lei n.º 8.212, de 1991, com a redação dada pela Lei n.º 9.711, de 1998, o art. 64 da Lei 9.430, de 1996, e demais dispositivos legais que obriguem a retenção de tributos, conforme disposto no subitem 14.4. do Edital do Pregão n.º 55/04.

.....

CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA

Para segurança do cumprimento de suas obrigações, a CONTRATADA prestou garantia de R\$89.745,67 (oitenta e nove mil, setecentos e quarenta e cinco reais e sessenta e sete centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do contrato, em conformidade com o disposto no Artigo 56 da LEI, c/c o Artigo 93 do REGULAMENTO e nos termos do item 11 do Edital do Pregão n.º 55/04.



CLÁUSULA OITAVA – DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa com a execução do presente Contrato, objeto da Nota de Empenho n.º 2007NE001624, correrá à conta da seguinte classificação orçamentária:

- Programa de Trabalho:
01.031.0553.4061.0001 – Processo Legislativo – Nacional
- Natureza da Despesa:
3.0.00.00 - Despesas Correntes
3.3.00.00 – Outras Despesas Correntes
3.3.90.00 – Aplicações Diretas
3.3.90.37 – Locação de Mão-de-Obra

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA E DA RESCISÃO

O presente Contrato terá vigência até 23/05/08, podendo ser prorrogado em conformidade com o inciso II do art. 57 da LEI, c/c o inciso II do art. 105 do REGULAMENTO, a critério da CONTRATANTE.

Parágrafo primeiro – Este contrato poderá ser rescindido nos termos das disposições contidas nos artigos 77 a 80 da LEI, correspondentes aos artigos 125 a 128 do REGULAMENTO.

Parágrafo segundo – Este contrato poderá, ainda, ser rescindido tão logo seja concluído procedimento licitatório que visa a locação de mão-de-obra para a prestação dos serviços em questão.

”

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições vigentes que não tenham sido expressamente modificadas por este Aditivo.

E por estarem assim de acordo, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, com 7 (sete) folhas cada, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Brasília, 26 de outubro de 2007.

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

Sérgio Sampaio Contreiras de Almeida
Diretor-Geral
CPF n.º 358.677.601-20

Wilson Lemos de Sousa
Diretor
CPF n.º 042.678.691-20

Testemunhas: 1) _____

2) _____